

# PRAIAVERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL  
NO CONTEXTO DO AVANÇO DO ULTRACONSERVADORISMO**

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

---

**REITOR** Roberto Leher

**PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA** Leila Rodrigues da Silva

## ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

---

**DIRETORA** Miriam Krenzinger Azambuja

**VICE-DIRETORA** Elaine Martins Moreira

**DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO** Mavi Pacheco Rodrigues

## REVISTA PRAIA VERMELHA

---

### EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves **UFRJ**

### EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos **UFRJ**

Paula Ferreira Poncioni **UFRJ**

### EDITORES AD HOC V.29 N.2

Carlos Montão **UFRJ**

Janete Luzia Leite **UFRJ**

Yolanda Guerra **UFRJ**

### EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

### REVISÃO

Andréa Garcia Tippi (Português)

### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

### CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral **UFPE**

Antônio Carlos Mazzeo **USP**

Arthur Trindade Maranhão Costa **UNB**

Christina Vital da Cunha **UFF**

Clarice Ehlers Peixoto **UERJ**

Elenise Faria Scherer **UFAM**

Ivanete Boschetti **UFRJ**

Jean François Yves Deluchey **UFPA**

Leonilde Servolo de Medeiros **UFRRJ**

Marcos César Alvarez **USP**

Maria Cristina Soares Paniago **UFAL**

Maria Helena Rauta Ramos **UFRJ**

Maria das Dores Campos Machado **UFRJ**

Maria de Fátima Cabral Gomes **UFRJ**

Myriam Moraes Lins de Barros **UFRJ**

Ranieri Carli de Oliveira **UFF**

Rodrigo Castelo Branco Santos **UNIRIO**

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo **PUCRS**

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa **UFMA**

Suely Ferreira Deslandes **FIOCRUZ**



Escola de Serviço Social - UFRJ  
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)  
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ



[praiavermelha.ess.ufrj.br](http://praiavermelha.ess.ufrj.br)



@revistapraiavermelha



(55) (21) 3938-5386

# PRAIAVERMELHA

**Estudos de Política e Teoria Social**

PERIÓDICO CIENTÍFICO  
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 29 n. 2  
2019  
Rio de Janeiro  
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 473-808	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

A **Revista Praia Vermelha** é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição do corpo editorial.



**CC BY-NC-ND 4.0**

[http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR)

Publicação indexada em:

**IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**

ccn.ibict.br

**Base Minerva UFRJ**

minerva.ufrj.br

**Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

revistas.ufrj.br

Imagem de capa: laphotopro/Pixabay

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

---

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social-Periódicos. 2. Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5

CDU 36 (05)

# PRAIA VERMELHA

## **Liberdade, ultraconservadorismo e o projeto ético-político: o horizonte para o Serviço Social**

Freedom, ultraconservatism and the ethical-political project:  
the horizon for Social Work

**Alana Andreia Pereira**

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 29

n. 2

p. 589-617

2019

## RESUMO

Este ensaio teórico trata de aspectos da legitimação da liberdade individual, da racionalidade burguesa e do neoliberalismo que apresentam um ethos moral dominante como único, compreendendo a ordem capitalista como o ápice das sociedades. O presente texto está fundamentado na ontologia do ser social por tratar da liberdade entendendo os sujeitos como seres sociais, sendo esta liberdade algo participado por todos. Perpassa-se por uma análise da conjuntura ultraconservadora e finaliza-se com contribuições para a construção da resistência às investidas ultraconservadoras, tendo o projeto ético-político no horizonte.

## PALAVRAS-CHAVE

Liberdade. Racionalidade Burguesa. Neoliberalismo. Ultraconservadorismo. Projeto Ético-Político.

## ABSTRACT

This theoretical essay deals with aspects of the legitimacy of individual freedom, bourgeois rationality and neoliberalism that present a dominant moral ethos as unique, understanding the capitalist order as the apex of societies. It is based on the ontology of social being because it deals with freedom by understanding the subjects as a social being, and freedom as something shared by all. It goes through an analysis of the ultraconservative conjuncture, ending with contributions to the construction of resistance against the ultraconservative attacks, envisioning the ethical-political project on the horizon.

## KEYWORDS

Freedom. Bourgeois Rationality. Neoliberalism. Ultraconservatism. Ethical-Political Project.

Recebido em 29.01.2019

Aprovado em 27.03.2019

## **INTRODUÇÃO**

Com o intuito de contribuir para com os debates que permeiam a questão dos direitos humanos, das lutas sociais nos limites e pela superação da sociedade de classes capitalista, este trabalho se propõe a trazer a temática da liberdade e da proposta de direitos existente na sociedade burguesa de forma crítica, dialogando com a conjuntura atual e procurando contribuir com o debate sobre os desafios na construção de resistência e unidade nas lutas sociais.

Nessa esteira, o reconhecimento do lugar do Serviço Social como categoria profissional partícipe da “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2009, p.101) faz-se extremamente relevante, por esta estar inserida na divisão sociotécnica do trabalho, suscetível às mesmas condições de precarização que assolam a classe trabalhadora, resguardando relativa autonomia (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014) como *locus* de construção de resistência, momento em que a importância do projeto ético-político e de sua materialização no cotidiano profissional se explicita como horizonte primordial.

A máxima da sociedade individualista: “[...] a liberdade de um acaba onde começa a do outro” (BARROCO, 2010, p. 159) é comumente utilizada na defesa da liberdade em nossa sociedade, sendo esta naturalizada e pouco analisada em sua essência.

Essa naturalização ocorre via legitimação ideológica, cujo fundo mais frequentemente encontrado é a racionalidade burguesa (GUERRA, 2011), alinhada ao ideário neoliberal que se constrói sob a égide de todo um aparato que se apresenta na cotidianidade por faces cristalizadas, ou seja, na esfera do imediato esse ideário tem sido eleito como melhor projeto societário a ser implantado. Sobre isso, Perry Anderson alertava na década de 90, quando analisou que se trata de uma ideologia mundializada, que é defendida por “[...] um corpo coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional” (ANDERSON, 2010, p. 22).

A ideologia, em termos *lukácsianos*, para ser assim considerada, deve possuir um pôr teleológico, sendo assim, exige uma finalidade,

para tanto é necessário conhecer a realidade que pretende transformar e ser capaz de transformá-la (LUKÁCS, 2013). Tais questões remetem a buscar pela gênese das ideias neoliberais, pelo liberalismo clássico para que posteriormente se possam estabelecer mediações com o neoliberalismo que propaga elementos liberais, mas que se reinventa e se adapta para ser propagado mundialmente como projeto hegemônico.

Interessa aqui recorrer a argumentos fundantes de Locke acerca da relação entre a propriedade privada e a liberdade, com o intuito de romper com as limitações da liberdade postas pelo ideário feudal. O autor defende que o indivíduo é proprietário de tudo o que seu trabalho viesse a produzir; nesse sentido, a ideia de produzir excedente e comercializá-lo seria totalmente plausível, uma vez que não estaria lesando ninguém (LOCKE, 1994). A partir desses entendimentos é que Locke passa a se preocupar com a garantia das propriedades privadas e, para tanto, passa a defender a liberdade econômica, outorgando ao Estado a função de zelar pela segurança das propriedades por meio de leis e de instituições.

Ocorre que essa noção, a princípio focada numa relação social econômica, se expressa nas relações sociais entre os indivíduos, dando vazão à noção de liberdade individual, que defende que a liberdade do primeiro não deve ultrapassar o limite em que a do segundo começa, o que culmina no individualismo exacerbado, um dos maiores desafios para toda e qualquer construção coletiva, como também, um desafio para a concretização do projeto ético-político do Serviço Social.

Ao adotar-se esta máxima, cai-se num reducionismo acerca da liberdade. Como se fosse possível delimitar a liberdade como se faz com terrenos: colocando muros e cercas para separar a liberdade de um sujeito e de outro. Essa forma societal capitalista que se reivindica “civilizada”, da qual emana essa ideologia, tem conduzido a sociedade ao individualismo exacerbado, bem como à violência, à barbárie e a defesas de projetos ultraconservadores.

A liberdade a partir do pensamento marxista, pela ontologia do ser social, orientará a crítica a esses elementos, permitindo entender a

liberdade como constitutiva do humano-genérico. Ou seja, parte-se do princípio de que o outro não é um empecilho, e sim, que é possível uma convivência em que não haja a “minha” liberdade ou a “sua” liberdade, mas, a “nossa” liberdade.

A partir desse esforço teórico, faz-se uma análise da conjuntura brasileira, perpassando alguns dos principais acontecimentos que foram cruciais para a vitória do projeto ultraconservador nas eleições presidenciais de 2018.

Por fim, busca-se fazer uma contribuição para o rompimento com visões imobilistas e fatalistas que podem assolar a profissão, trazendo a defesa da formação profissional permanente para se articular a viabilidade da materialização do projeto ético-político, bem como a constituição da práxis profissional, formas essas que podem fortalecer a categoria junto aos movimentos sociais por lutas sociais de resistência contra investidas ultraconservadoras e pela garantia de políticas estruturantes, também por uma sociedade mais justa e igualitária.

## **AS DEFESAS DO CONCEITO DE “LIBERDADE RESTRITA”: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA**

As expressões ideológicas da liberdade individual podem ser identificadas em todas as esferas da vida, incluindo as mais sensíveis, como a arte por meio de poemas na aparência singelos. Esse é o caso de *A verdadeira liberdade*, de Fernando Pessoa (CAMPOS, 1993), que, ao que parece, traz com belas palavras uma visão angustiante da liberdade. Nota-se que, pelo poema, para ser livre, o indivíduo deve negar tudo o que a humanidade construiu historicamente e isolar-se, para que, assim, ele possa deleitar-se novamente sobre as riquezas que a natureza proporciona.

Nesse sentido, “o outro” aparece como uma barreira a ser transposta, sendo possível, a partir desse transpor, chegar a desfrutar de sua liberdade. Em outros termos, a solidão seria o único caminho que o libertaria para acessar essas riquezas.

Por esse poema pode-se exemplificar como, em determinadas análises, a capacidade humana de valorar esvaziaria a liberdade, ao

passo que a consciência de determinados valores conduziria a intencionalidades, tornando inviável o pensar sem interesses prévios. Ou seja, o pensamento já seria influenciado por convicções, o que acaba por cercear a imaginação, sempre adiando a liberdade do pensar.

Esse pensamento angustiante não é nada além da expressão de uma das faces do individualismo, que enviesa capacidades humanas construídas socialmente em aspectos deletérios, já que para ele estas se apresentam como num plano objetivo em detrimento do subjetivo, culminando na defesa de que o estado natural das coisas proporcionaria a realização das vontades individuais.

Não obstante, o ser ético é construído a partir da transformação das coisas, a significação e ressignificação das coisas, numa construção permeada pelo objetivo/subjetivo, visto que no plano ontológico estes estão atrelados, não podendo se apresentar descolados (LUKÁCS, 2013).

No poema *Privatizado*, Bertolt Brecht<sup>1</sup> permite vislumbrar que, com o individualismo e com a ideia de que o outro é um empecilho, acaba-se tirando o foco do que realmente ocorre com o pensamento de alguém e com suas capacidades a serem desenvolvidas livremente uns com os outros.

A privatização, onde tudo é de posse de alguém, podendo ser vendido e comprado, ou seja, comercializado, é a reificação que se manifesta e que se apresenta no imediato como algo que lhe traz segurança de que o outro não poderá se apoderar do que não é dele, numa visão deturpada do público. Essa crença vai tomando dimensões cada vez maiores, gerando uma sensação de que o tempo diminuiu, mas o tempo continua o mesmo: as pessoas é que não conseguem mais se organizar para fazer aquilo que a elas agrada. Essas questões levadas ao extremo incidirão diretamente no pensamento do poema de Fernando Pessoa (CAMPOS, 1993).

---

1 Cultura brasileira. *Antologia poética de Bertolt Brecht*. Privatizado. Disponível em: <[https://www.culturabrasil.org/brecht\\_antologia\\_poetica.htm#priv](https://www.culturabrasil.org/brecht_antologia_poetica.htm#priv)>. Acesso em: 15 mai. 2015.

Nesse sentido, é importante esclarecer em nível teórico como se justifica a ideologia da racionalidade burguesa que surge e se propaga atrelada a princípio ao liberalismo e, mais recentemente, ao neoliberalismo.

A ordem sociometabólica capitalista tem por base concreta a propriedade privada, como a base objetiva da racionalidade burguesa, isto é, uma ideologia que contribui para justificar o que existe concretamente, sendo a propriedade privada a garantia da reprodução social que permite o crescimento e a manutenção da ordem de produção capitalista. Enfatiza-se essa questão para dizer que sem essa base objetiva - a propriedade privada - não haveria sustentação para que essa ideia fosse naturalizada (MÉSZÁROS, 2011).

A ordem de produção capitalista funda-se numa garantia de posse, primeiramente de terras, depois de meios de produção, meios para a compra destes meios de produção, da força de trabalho de trabalhadores que tem absorvida a força de trabalho como mercadoria, bem como do produto final e da maior parcela da riqueza socialmente produzida, apropriada por parte de alguns poucos em detrimento de uma maioria (MARX; ENGELS, 2009).

Quando se fala de racionalidade, a primeira ideia que ocorre é pensar no sentido da definição de razão como aquilo que é lógico e no seu oposto, isto é, aquilo que é irracional. Nestas definições encontram-se categorias de análise repletas de valores e interesses que se apresentam de modo genérico como algo binário, “ou é ou não é”.

O termo “razão” propõe inúmeros questionamentos, uma vez que essa palavra remete cada um a buscar suas formas de pensar e suas referências para estabelecer um processo cognoscente. Por isso, ainda que brevemente, ater-se-á aqui a alguns esclarecimentos.

A razão é defendida por diversos autores como a melhor forma de orientação para o processo de pensar. As discussões da era moderna tiveram o racionalismo como uma forma indispensável, podendo os pensadores ser divididos entre os que tendiam ao racionalismo metafísico e outras linhas direcionadas ao racionalismo gnosiológico (MORA, 1978).

Algumas abordagens entendem razão como forma de distinguir o humano dos demais animais; outras tomam a razão por fundamento, explicando o porquê de as coisas serem como se apresentam; outras ainda defendem a razão como uma inteligência universal que se manifesta no humano por um modo de ser racional (MORA, 1978).

Feitas essas ressalvas, para a fundamentação deste trabalho, cabe direcionar o debate para o entendimento da racionalidade que embasa os posicionamentos presentes neste artigo. Orienta-se aqui pela “razão dialética” (GUERRA, 2011), sendo assim, as presentes leituras de realidade estão atreladas ao conhecimento objetivo-subjetivo, de forma histórica e socialmente determinada. Segundo Guerra:

A “racionalidade”, enquanto uma propriedade da razão, vincula-se às formas de concebê-la; por isso, tem na razão o seu fundamento de determinação, que é a expressão da própria realidade. A racionalidade dada pela razão dialética é a síntese de procedimentos ativos e intelectivos e torna-se um adjetivo da razão que desaliena, desmistifica, nega o dado na sua aparência e é capaz de engendrar ações que ultrapassem a dimensão manipulatória e instrumental (GUERRA, 2011, p. 44).

Na contramão da defesa do ultrapassar da aparência fenomênica para atingir o concreto pensado, a racionalidade burguesa não zela por um conhecimento aprofundado da sociedade, já que interessa garantir um arcabouço que fundamente a forma sociometabólica burguesa, de modo a controlar e perpetuar a sua forma de pensar.

O positivismo é uma das tradições que podem nortear o discurso que dá origem a esse posicionamento, esta que se propõe a analisar a funcionalidade da sociedade, suas estruturas, para que, a partir disso, seja possível controlá-la por meio de reformas, visando a corrigir problemas que surgem nas relações sociais. Desta feita, ocorre a naturalização e disseminação do discurso hegemônico que contribui para a manutenção da ordem do modo de produção capitalista.

Essa forma de pensar é uma das que orientam a racionalidade burguesa, que mais precisamente surge em meados do século XIX, em outros termos, a partir de um período de transição, em que a bur-

guesia deixa suas vestes revolucionárias e se envolve em um conservadorismo, justificado pela supressão do modelo absolutista-feudal, que lhe permite assumir uma posição de dominação pela proposição de uma nova forma de divisão social do trabalho (GUERRA, 2011).

Oportunamente, Coutinho (2010) esclarece que o fim do regime servil – composto por homens livres e servos da gleba –, e o fim da produção individual, artesanal e autárquica são o limiar para a transformação dos servos em trabalhadores livres – para vender sua força de trabalho aos que podem e necessitam comprá-la para a produção –, já a produção passa por um desenvolvimento industrial que vai ser permeado por uma organização no interior de fábricas e com a integração das áreas de produção.

Chama-se atenção aqui para a passagem de servo a trabalhador livre, que serve à consolidação ideológica da qual se está tratando, que vai dar vazão à propagação no senso comum de que a ordem capitalista é o único meio e, provavelmente o último, capaz de possibilitar a todos a liberdade, que será alcançada a partir do desenvolvimento das capacidades individuais de cada um – defesa essa proposta por Hayek (2010) como fundamento quando faz uma crítica ao socialismo.

A classe trabalhadora aparece então, como herdeira dos preceitos revolucionários abandonados pela burguesia, tais como os ideais de luta por igualdade, fraternidade e liberdade que foram os princípios da Revolução Francesa. Essa transição desemboca na oposição entre burguesia e classe trabalhadora, sendo que esta última passa a ser atingida desenfreadamente pela racionalidade burguesa, sob o pretexto de legitimação de sua ideologia em todas as esferas para a manutenção de seu poder, ou seja, a classe dominante passa a utilizar de meios para a propagação de seus interesses, sob o escopo de constituir e visar um interesse universal.

Essa ideologia da burguesia prevê valores próprios de sua condição que compõem uma ética burguesa (COUTINHO, 2010). Esta ética perpassa pela reificação do ser social e pelos valores da classe dominante que culminam na recusa do ser social objetivo como ser ético emancipado.

Na sociedade de classes, já não é possível uma unidade em torno de valores e necessidades comuns a todos os membros da sociedade, embora as classes dominantes busquem a integração da sua orientação moral e a abstração das diferenças reais que – brotando dos interesses socioeconômicos – perpassam pelos valores e modos de ser. Nesse contexto, tendo em vista a existência de valores heterogêneos, a possibilidade de transgressão, por parte dos indivíduos, das normas morais e dos costumes dominantes e a presença de códigos morais alternativos, a moral se revela como *exigência de subordinação dos indivíduos singulares* – de suas necessidades, desejos, paixões, necessidades singulares – às *exigências de integração social à moral dominante* (BARROCO, 2010, p. 61, *grifos da autora*).

Ao passo que o sistema normativo vai se complexificando, não é possível falar de apenas uma moral. Embora a necessidade de legitimação da classe dominante a faça buscar a transposição de seus valores para a classe trabalhadora, visando certa aparência homogeneizada, ainda assim a classe trabalhadora oferece resistências coletivas mesmo que na contemporaneidade estas se apresentem, na cena brasileira, fragilizadas e fragmentadas. Essa relação contraditória entre as classes só pode ser explicada a partir do entendimento das categorias trabalho e alienação.

A alienação é o recurso de que se serve a classe dominante para a legitimação de sua ideologia. Para compreender essa relação é preciso entender que o trabalho é categoria central para os indivíduos, sendo assim, a relação social de produção contraditória entre classe trabalhadora e classe dominante é determinante. Na ordem sociometabólica do capital, o trabalho é alienado a partir da divisão social do trabalho que consiste na exploração da força de trabalho daqueles que seriam os despossuídos, restando-lhes somente essa via para sua sobrevivência. Tal necessidade de venda da força de trabalho para garantir o custeio de necessidades imediatas, como comer, beber e vestir-se, faz com que o trabalhador não seja mais livre; o trabalho lhe é alheio, alienado, explorado (MARX, 2010). Analogamente

a essa ideia infere-se que o trabalho deixa de ser livre, não sendo mais uma forma de se objetivar aquilo que foi produzido, passando a significar um fardo. Nas palavras de Marx (2010, p. 83): “[...] tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste”.

A expressão dessa alienação não repercutirá somente na relação social de produção, como também em todas as outras esferas da vida, tangenciando a forma de sociabilidade, repercutindo nas relações sociais familiares, relações sociais de sexo, reproduzindo essa noção de fragmentação da realidade, momento em que os níveis de consciência crítica tornam-se cada vez mais distantes de serem atingidos.

Para compreender tal análise é preciso se aprofundar mais um pouco, recorrendo ao surgimento do pensamento liberal em oposição ao sistema absolutista feudal. Locke é a expressão do liberalismo que se insurge pelo fim dos privilégios do absolutismo feudal, baseado no direito natural que outorga a todos o direito de satisfazer suas vontades individuais numa realidade de sistema de trabalho livre.

Locke (1994) infere que todos os homens são iguais em estado de natureza, pois possuem uma razão que lhes permite agir e exercer sua liberdade de acordo com suas vontades; refere que o homem é proprietário de tudo o que for fruto de seu trabalho, considerando que a partir do trabalho cria-se propriedade; também afirma que o homem deveria consumir aquilo que havia sido apropriado antes que se deteriorasse, ou, ainda, que poderia apropriar-se de um território desde que respeitasse as necessidades de terra de seus vizinhos. Destarte, o autor não defende a propriedade ilimitada.

A propriedade nos termos de Locke (1994) será ampliada em maior ou menor medida de acordo com os níveis de empenho aplicado pelos indivíduos em suas propriedades. A desigualdade, em contrapartida, seria originária das diversas formas de se fazer uso da razão, da liberdade e do trabalho.

Partindo desses elementos, pode-se compreender como alguns moralismos são justificados nessa forma de sociabilidade, visto que

o postulado *lockeano* pode muito bem fundamentar as visões que culpabilizam o indivíduo por sua condição, tendo em vista que pelo direito natural, todos partiriam das mesmas condições para desenvolverem suas capacidades e propriedades.

Na contemporaneidade tem-se a retomada do liberalismo com alterações e adaptações, sendo essa perspectiva nomeada como neoliberalismo, pois o Estado já não era mais o mesmo dos tempos John Locke – século XVII, de pré-Revolução Industrial. Tais diretrizes ganham espaço na década de 70 nos países de capitalismo central, e na década de 90 no Brasil, a partir do entendimento de que o Estado de Bem-Estar Social estaria em falência.

Neste artigo concentrar-se-á em algumas defesas que Friedrich August Von Hayek, um dos maiores estudiosos e defensores do neoliberalismo, faz deste ideário. Ao tratar de sua tese acerca do que seria *O caminho para a servidão* (HAYEK, 2010), o autor trata da tensão entre a noção de segurança e liberdade existente na sociedade capitalista. Critica a defesa socialista de que a liberdade só seria possível a partir da garantia da segurança econômica, afirmando que esta garantia instigaria o não trabalho por aqueles que de fato não teriam a capacidade de se desenvolver numa livre concorrência, gerando a dependência de uns sobre outros.

Hayek (2010) afirma, entre outros argumentos, que a competição é a única via para se desvencilhar de desestímulos ao trabalho, pois, por meio da competitividade, os indivíduos são instigados a desenvolver suas capacidades, cabendo o desenvolvimento do livre-arbítrio que só seria proporcionado pelo mercado. Reforça sua crítica, dizendo ainda que a igualdade econômica seria um meio de castração da liberdade individual, pois nessas condições os sujeitos deixariam de desenvolver suas capacidades a partir de uma imposição, pela igualdade de condição, de restringir a manifestação das escolhas e até mesmo da vontade de escolher.

Nesse sentido, a liberdade individual abre caminhos tanto para o reconhecimento das necessidades individuais, quanto para o individualismo. Por este último enquadramento, o outro é tido como barreira, convergindo também perfeitamente com o ideário neolibe-

ral e a racionalidade burguesa. A partir da delimitação da liberdade esboçada pela frase “[...] a liberdade de um acaba onde começa a do outro” (BARROCO, 2010, p. 159), é feita também uma delimitação do espaço que seria “meu” por posse, assim como se defende a delimitação de que “eu” tenho posse sobre “mim” – vale esclarecer que no presente texto se critica a ideia de posse de tudo e não de direito ao corpo.

Sendo assim, é “proibido” transpor essas barreiras, mas é “permitido” ultrapassar o outro numa escala de concorrência em que um deve provar ser melhor que o outro para merecer a segurança econômica e, a partir disso, fazer uso de sua liberdade individual. Notavelmente essa relação se dará em detrimento da liberdade individual do outro, questão essa naturalizada por essa visão que defende a meritocracia; em última instância, a proposta é que o indivíduo se realize plenamente no plano do “eu”.

Os valores morais referidos balizam as falas meritocráticas de que alguém adquiriu algum bem por ter se “esforçado muito”, ou até jargões de que “o trabalho enobrece o homem”, portanto, aqueles que não trabalham fora do âmbito doméstico, formal ou informalmente são indignos, não são pessoas merecedoras de “um lugar ao sol”. Esta sustentação também dá margem para olhar para o outro como o “rival”, pressupondo a existência do inimigo, o qual deve ser suprimido em suas capacidades, para que não possa se desenvolver e “me” superar. Nos termos de Hayek,

A segurança econômica, assim como a espúria “liberdade econômica”, e com mais justiça, é muitas vezes apresentada como condição indispensável da autêntica liberdade. Em certo sentido isso é ao mesmo tempo verdadeiro e importante. É raro encontrar independência de espírito ou força de caráter entre aqueles que não confiam na sua capacidade de abrir caminho pelo próprio esforço. Todavia, a ideia de segurança econômica não é menos vaga e ambígua do que a maioria dos outros conceitos nesse campo; e por isso, a aprovação geral à reivindicação de segurança pode tornar-se um perigo para a liberdade (HAYEK, 2010, p. 127).

Ainda segundo ele, a segurança que é benéfica aos homens, é aquela sob a qual o Estado provê mínimos de subsistência e a continuidade do que instiga o indivíduo (concorrência do mercado), ou seja, cabe a intervenção desde que seja para estímulo ao trabalho. Jamais o Estado deve interferir em prejuízo da livre concorrência e causar o ócio. Ou ainda, é possível dizer que para os neoliberais, a segurança ampliada gera a dependência do outro e a maximização das capacidades individuais só é atingida pela insegurança positiva que o mercado traz. Afinal, para Hayek:

Urge reaprendermos a encarar o fato de que a liberdade tem o seu preço e de que, como indivíduos, devemos estar prontos a fazer grandes sacrifícios materiais a fim de conservá-la. Para tanto, faz-se *mister* readquirir a convicção em que se tem baseado o regime de liberdade nos países anglo-saxônios, e que Benjamin Franklin expressou numa frase aplicável a todos nós como indivíduos não menos que como nações: “aqueles que se dispõem a renunciar à liberdade essencial em troca de uma pequena segurança temporária não merecem liberdade nem segurança” (HAYEK, 2010, p. 137).

Essa liberdade individual claramente aparece sob o uso da racionalidade burguesa com o escopo da manutenção, visando certo interesse universal que de fato, na ordem sociometabólica burguesa, torna-se impossibilitado e mera falácia legitimadora.

A partir dessa breve análise, pode-se notar o quão dúbio é o modo de pensar da racionalidade burguesa como expressão da moral dominante, que indica, como se viu, que as pessoas são seres individuais com posse de si. Para isso deveriam ter asseguradas posses de tudo o que viessem a desejar, objetos e até indivíduos reificados e fetichizados, de forma que tudo pudesse ter um preço.

Para além dessa moral dominante, dentro da contradição da ordem sociometabólica do capital é possível existirem outras. Trabalhar-se-á agora sob o viés de uma visão contra-hegemônica, abordada pela ontologia do ser social.

## A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL E A LIBERDADE

No poema *De que serve a bondade*<sup>2</sup>, Bertolt Brecht traz um belíssimo questionamento acerca dessa forma de entender o individualismo. Como seres sociais que vivem em sociedade e que dificilmente viveriam numa total solidão, participar dessa ideia de liberdade restrita acaba não fazendo muito sentido quando o outro não participa, sendo que essa expropriação gera revoltas, promove a violência nas relações sociais como um todo, culminando na barbárie. Ademais, no modo de produção capitalista, aquele que consegue manifestar seus desejos por sua liberdade individual jamais deixará de ser atingido pelas expressões da questão social, surgindo, a partir disso, a ideia de “segurança restrita”, que criminaliza as expressões da questão social. Sob este cenário, escoo pelo ralo a liberdade individual de qualquer um que a “possua”.

Em outros termos, essa breve explanação buscou explicitar o movimento contraditório da liberdade individual restritiva, como queira chamá-la, pois só é possível pensar a liberdade como constitutiva do humano-genérico, livre de análises com o foco na propriedade, ou seja, quando se pensa na liberdade para a sociedade como um todo, que em sua totalidade participaria igualmente da riqueza socialmente produzida, com o fim da propriedade privada, que levaria ao rompimento com determinados preceitos ideológicos da racionalidade burguesa. Tais aspectos seriam possíveis apenas em outra ordem sociometabólica, como a libertação da mulher.

Indubitavelmente, lembra-se que o trabalho é a categoria central na vida dos indivíduos, sendo a liberdade resultante da atividade humana. Oportunamente, infere-se junto à Barroco que a liberdade

Não consiste na consciência da liberdade ou das escolhas, mas na existência de alternativas e na possibilidade concreta de escolha en-

---

2 Cultura brasileira. *Antologia poética de Bertolt Brecht*. De que serve a bondade. Disponível em: <[https://www.culturabrasil.org/brecht\\_antologia\\_poetica.htm#De%20Que%20Serve%20A%20Bondade](https://www.culturabrasil.org/brecht_antologia_poetica.htm#De%20Que%20Serve%20A%20Bondade)>. Acesso em: 15 mai. 2015.

tre elas. Assim, a liberdade não é apenas um valor ou um estado de perfeição absoluta, mas uma capacidade historicamente desenvolvida e inseparável da atividade que a objetiva (BARROCO, 2010, p.26).

A liberdade só é possível a partir da capacidade também humana de valorar as coisas, de acordo com a importância que o objeto vai assumir dentro da sociedade.

No modo capitalista de produção, segundo Barroco (2010), essa capacidade é capitulada e utilizada em um modo inverso, pois esta era um meio de proteção e reprodução importante para a sociedade saber a utilidade de cada coisa e dar valor a ela. Num percurso inverso se deixa de valorar a partir das necessidades do ser social e passa-se a valorar pensando nas necessidades produtivas.

Barroco (2010) fala da coisificação das relações humanas, lembrança essa que remete diretamente à maior exploração que persiste em sociedade. Esta relação se materializa no âmbito familiar a partir do qual a mulher é a expressão da primeira forma de propriedade privada quando atingida pela opressão daquele que deveria ser seu companheiro, mas se autointitula dono.

Ressalta-se que as opressões presentes na relação social de sexo são anteriores ao capitalismo, mas que nesta sociedade de classes essa violência mediada pela posse do outro se intensifica, na medida em que a mulher é tida não só como posse, coisificada, mas fetichizada como mercadoria e alvo de diversas investidas mercadológicas, como o uso da imagem feminina de forma sexista e misógina em comerciais de produtos voltados para o público masculino machista.

Segundo Marx e Engels,

Com a divisão do trabalho, na qual estão dadas todas essas contradições, e a qual por sua vez se assenta na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais e opostas umas às outras, está ao mesmo tempo dada também a repartição, e precisamente a repartição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativa, do trabalho e dos seus produtos e, portanto, a

propriedade, [17] a qual tem o seu embrião, a sua primeira forma, na família, na qual a mulher e os filhos são os escravos do homem. A escravatura latente na família, se bem que ainda muito rudimentar, é a primeira propriedade, que de resto já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual ela é o dispor de força de trabalho [*Arbeitskraft*] alheia (MARX; ENGELS, 2009, p. 47).

As expressões desse processo descrito por Marx e Engels exemplificam com maior vivacidade os aspectos ideológicos que constituem o *ethos* da moral dominante. Como visto no texto, nessa ideologia, que é de apenas uma classe e que notoriamente representa apenas os interesses daqueles que são partícipes dessa classe social, tem-se o uso da alienação como instrumento de legitimação para atingir a universalização.

Portanto, por mais que os valores sejam originários dessa classe social, as classes subalternas adotam essa ideologia como condição de participação da vida social, sendo esta visão introjetada no senso comum, naturalizada (BARROCO, 2010). A partir disso, surgem os preconceitos e discriminações que colocam trabalhadores contra trabalhadores. Dizeres como o de que o “trabalho enobrece o homem”, que vão ser altamente influenciados então pela racionalidade burguesa e as diretrizes neoliberais que instigam a competição.

Em contraposição, tem-se o caráter ideológico da tradição marxista, que já de pronto pressupõe a necessidade de se pensar em outro projeto societário, o que originou a ideia do socialismo que a princípio é pensado com fortes marcas utópicas, mas que com Marx ganha cientificidade, dando amplitude e visibilidade à possibilidade revolucionária.

Entretanto, para se alcançar esse entendimento é preciso fazer uso da perspectiva de totalidade, pois a cotidianidade tende a turvar as lentes dos indivíduos pela moral dominante, sendo de suma importância construir mediações a partir da práxis com vistas a garantir suspensões da cotidianidade.

Em face ao exposto, quando se pensa em liberdade se deve pensá-la num nível de consciência elevado ao humano-genérico, ou seja, como ser social. Vive-se em sociedade e precisa-se construir estratégias para atingir essa liberdade em totalidade, que factualmente será possível apenas sob outro projeto societário.

## **TECENDO ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES: A PRIORIDADE DA MATERIALIZAÇÃO DO PEP PARA O SERVIÇO SOCIAL NO CENÁRIO DO ULTRACONSERVADORISMO BRASILEIRO**

O Serviço Social advém de uma tradição conservadora, visando à manutenção, vigilância e reprodução da ordem. Essa categoria profissional surge no Brasil para responder às necessidades socio-históricas na década de 30. Esses aspectos assombram a profissão até a contemporaneidade, mesmo com o movimento de reconceituação que ocorreu na década de 60 na América Latina, mas que no Brasil teve maior incidência na década de 70, culminando no rompimento com a tradição conservadora em fins da década de 70, e sendo o Congresso da Virada um marco histórico dessa construção crítica da categoria.

A partir desse movimento de intenção de ruptura, foi possível uma construção coletiva comprometida com a transformação social, momento em que a categoria passa a se entender como classe trabalhadora e defensora das causas desta classe, fortemente influenciado pela aproximação à teoria social crítica.

Os Códigos de Ética profissionais do Serviço Social dão materialidade a uma trajetória socio-histórica da profissão. Conjunturas que devem ser estudadas, sendo os códigos compreendidos a partir dos elementos teóricos, éticos e políticos que norteavam a profissão em dada época.

O Código de Ética de 1993<sup>3</sup> é a expressão do alinhamento dos assistentes sociais ao projeto societário contra-hegemônico na defesa

---

3 CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética do/a Assistente Social, Lei 8662/1993. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 25 mai. 2015.

de uma sociedade mais justa e igualitária, por meio de um posicionamento contrário às investidas do grande capital que se apresenta na contemporaneidade orientado por um projeto neoliberal.

O projeto ético-político visa nortear a atuação profissional na construção de estratégias que possibilitem avanços rumo à sua materialização, que só é possível em outra ordem societária. Vale ressaltar a atualidade desses documentos diante da realidade que se vivencia.

Nesse sentido, elucida-se que o assistente social é um profissional demandado por seu saber profissional, ou ainda por sua dimensão técnico-operativa, uma vez que esta é a dimensão que torna a atuação profissional mais reconhecida, embora essa esfera não se materialize sem a realização da práxis que surge em concomitância com a dimensão teórico-metodológica, investigativa e ético-política (GUERRA, 2012). Analogamente a essa ideia, infere-se junto à Guerra que:

Estando em sistemático processo de totalização, as dimensões que conformam a profissão não são formas fixas, tampouco podem ser consideradas de maneira autônoma, ao contrário, são instâncias interatuantes, ainda que possa haver, em situações determinadas, na realização de determinada competência e/ou atribuição profissional, o predomínio de uma sobre a outra (GUERRA, 2012, p.39).

A perspectiva predominante da dimensão técnico-operativa traz à tona questionamentos deturpados de que “na teoria a prática é outra”, bem como a questão de que “o projeto ético-político não pode se materializar”. Chega-se, com isso, a um dos pontos centrais desta discussão para tentar contribuir com o debate, dizendo que estes posicionamentos nada mais são do que fruto do aparato ideológico que já foi contextualizado acima. Ao fazerem essas afirmativas, esses profissionais demonstram passar por determinada sensação de falta de objetividade no discurso, a partir disso, os mesmos passam a exigir a construção de instrumentais que demonstrem como esse aparato ideológico contra-hegemônico pode se dar na atuação cotidiana.

As posturas fatalistas dos profissionais têm revelado certa angústia que assola também a sociedade brasileira, fazendo com que se aprofunde a análise de conjuntura para que no eterno “ir e vir” se possa contribuir para com o desvelar dos fenômenos.

A conjuntura brasileira nos últimos anos tem esboçado desafios cada vez maiores para os assistentes sociais que atualmente têm que lidar com as estratégias da ascensão do ultraconservadorismo. No entanto, guardadas algumas ressalvas, não é de hoje que o alerta está sendo soado. Vive-se um contexto de exacerbação da liberdade individual em prejuízo da liberdade pensada pela perspectiva da ontologia do ser social, que culmina em posicionamentos neoconservadores e mais atualmente ultraconservadores propagados como “verdades universais” e *Fake News*. Barroco chamou atenção para esses elementos a fim de alertar acerca do neoconservadorismo, ao dizer que:

O neoconservadorismo busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Essas formas de repressão implicam violência contra o outro, e todas são mediadas moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do outro: quando o outro é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças (BARROCO, 2011, p.209).

A autora faz essa leitura em um momento em que os governos do PT já haviam completado dois ciclos com o presidente Lula, o que expressa que nem mesmo em governos mais progressistas que o atual, o Brasil de Bolsonaro em 2019, deixou-se de vivenciar uma democracia burguesa que se restringe aos limites da emancipação política por garantias jurídicas, sem a efetivação dos direitos, dos acessos e da liberdade.

Faz-se *mister* neste momento, ainda que brevemente, se ater a uma análise da conjuntura brasileira para esboçar como os argumentos até aqui trabalhados se explicitam na contemporaneidade no plano prático econômico, político e social.

Antunes (2018) remete aos anos 70, momento em que a profunda crise estrutural do grande capital assolou a todos, sendo o neoliberalismo e a reestruturação produtiva uma medida globalizada sob a chefia do capital financeiro. Antunes alerta que não se trata somente

de capital fictício em expansão, mas da fusão entre capital industrial e bancário. O autor infere que esse processo gerou

[...] uma ampliação descomunal de novas (e velhas) modalidades de (super) exploração do trabalho, *desigualmente* impostas e *globalmente combinadas* pela nova divisão internacional do trabalho na era dos impérios. Para tanto, foi preciso que a *contrarrevolução burguesa de amplitude global* exercitasse sua outra finalidade precípua, qual seja a de tentar destruir a medula da classe trabalhadora, seus laços de solidariedade e consciência de classe, procurando recompor sua nova dominação *em todas as esferas da vida societal* (ANTUNES, 2018, 266).

Nesse sentido, as teorias formuladas por Hayek e outros começam a tomar forma na realidade brasileira de capitalismo dependente, alavancando a lógica das finanças e devastando a classe trabalhadora pela precarização das formas de contratação e o próprio entendimento do trabalhador sobre sua condição e de sua relação com o mundo do trabalho.

Antunes (2018) mostra que no mundo do trabalho surge até mesmo um vocabulário empresarial e formas renovadas de trabalho escravo e deterioração das condições dos imigrantes no Brasil, bem como o voluntariado.

Tais elementos foram inseridos junto à lógica empresarial da “responsabilidade social”, aparentando que a questão ambiental finalmente estaria na agenda do dia. No entanto, a empresa Vale e a anglo-australiana BHP Biliton<sup>4</sup> têm mostrado que esses termos não passam de falácias, visto que a mineradora Vale está envolvida em dois grandes acidentes criminosos de rupturas de barragens. Deve ser lembrado o desastre na região de Mariana (MG) em 2015 com

---

4 Aqui se faz referência à empresa Vale e à anglo-australiana BHP Biliton por estas serem as donas da Samarco, mineradora responsável pelo rompimento da Barragem de Fundão em Bento Rodrigues, distrito da cidade de Mariana. Para mais informações acesse: <<http://especiais.g1.globo.com/minas-gerais/2015/desastre-ambiental-em-mariana/a-vida-apos-a-lama/>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

a ruptura da Barragem do Fundão que acumulava lama, bem como o fato de a história se repetir em 2019 com outra destruição criminosa que fez Brumadinho<sup>5</sup> (MG) ser tomada em lama, causando o desaparecimento e a morte de diversas pessoas, acidente também de responsabilidade da mineradora Vale.

Nessa esteira de acontecimentos, tem-se um governo interino, Temer (2016-2018), responsável por uma contrarrevolução que devastou o trabalho no Brasil. Mas essas investidas não surgiram a esmo. Elas fazem parte do projeto imperialista de dominação e perpetuação das formas de superexploração da força de trabalho e transferência de valor como intercâmbio desigual nos termos de Rui Mauro Marini (1973) – um dos principais teóricos da Teoria Marxista da Dependência –, formas essas que correspondem à realidade latino-americana de países da periferia do capital, que mais uma vez têm seus governos tomados por fantoches do grande capital.

O neoliberalismo vem se perpetuando e se reinventando quando necessário para efetivar o seu domínio e uma das formas, implantadas no Brasil, é o social-liberalismo. Antunes (2018) recorre ao exemplo de Tony Blair que lançou mão da “*terceira via*” de Anthony Giddens para ganhar as eleições, processo esse em que Blair promove não apenas a mudança do nome do partido de *Labor Party* (Partido Trabalhista) para *New Labor*, como também retira dos programas do partido a cláusula 4, que trata da luta pela “*propriedade dos meios de produção*”, e qualquer menção ao socialismo, colocando a competição e o empreendedorismo no lugar.

Tal “projeto moderno” teria o foco de inserir o Reino Unido na cena do capitalismo contemporâneo, acirrando a flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho inglês, reformas essas iniciadas pela era Thatcher.

Tony Blair de fato teria terminado a erosão neoliberal a partir do momento em que propôs medidas de modernização do *Welfare State*

---

5 Para mais informações acesse: <<http://www.esquerdadiario.com.br/URGENTE-Mais-um-rompimento-de-barragem-da-Vale-destroi-Brumadinho-MG>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

que na verdade destruíram os direitos trabalhistas, previdenciários e de saúde (ANTUNES, 2018).

No Brasil, o neoliberalismo chega com Collor e FHC, com investidas mais alarmantes na década de 90, com desregulamentações do trabalho, privatizações, aumento da concentração da renda, expansão de lucro e ganhos dos grandes impérios capitalistas.

De acordo com Antunes (2018), os governos de Lula e Dilma teriam sido exitosos em aderir ao social-liberalismo, por terem implantado um projeto muito mais conciliador, visto que suas ações chegaram até a ampliar os ganhos do grande capital, mas também beneficiaram a classe trabalhadora “mais vulnerabilizada”, ao promover o Programa Bolsa Família, além da valorização do salário mínimo.

Lula e o chamado *lulismo* perpetuam dois governos sem realizar nenhuma investida por mudanças nos rumos das estruturas da desigualdade social brasileira, sendo que os níveis mais agudos de miséria foram diminuídos de forma parcial. O programa Bolsa Família surge num momento de perda da base apoiadora de Lula, que ao atender as diretrizes do grande capital faz com que a classe trabalhadora empregada perca o posto que ilusoriamente lhe havia sido outorgado de *nova classe média*, sendo assim, o programa surge para ampliar os apoios, fortalecendo a aliança com a população em miserabilidade por meio de transferências de renda ínfimas (ANTUNES, 2018).

No primeiro governo de Dilma, pôde-se acompanhar que a expectativa de Lula de continuar com amplos poderes não se efetivou, pois a presidenta não tardou em dar sua forma política burocrática às medidas que lhe couberam. Ademais, a presidenta manteve as propostas já orquestradas por Lula intensificando investimentos na construção civil, entre outros setores.

As rebeliões<sup>6</sup> de 2013 marcaram o Brasil, mostrando que a população estava atenta e sentindo no cotidiano as medidas dos governos. Ainda assim, mesmo sob grande pressão de uma forte oposição

---

6 Antunes (2018) usa o termo rebeliões para demarcar a sua análise das manifestações de 2013.

tanto da população como dos setores dominantes, em 2014 Dilma consegue se reeleger prometendo não realizar o ajuste fiscal e a reforma nas regras do seguro-desemprego, além de outros aspectos que constavam no programa de seu adversário. Assim que ela se elege, organiza seus ministros e inicia as reformas que havia abominado (ANTUNES, 2018).

O golpe ainda assim foi realizado, posto que o grande capital não está mais disposto a conciliações, sendo necessário um novo fantoche, alguém que de fato execute sem ressalvas o seu projeto. Essa forma de golpe teria sido orquestrada por um novo formato, segundo Antunes (2018) trata-se de um golpe parlamentar, que busca judicializar a política e vice-versa, levando ao *impeachment* de Dilma por uma condenação de um crime que reconhecidamente ela não cometeu.

A era Temer inicia uma onda de destruição dos direitos dos trabalhadores, ataques como o PLC 30/2015 que promoveu a terceirização das funções fim, bem como a Reforma Trabalhista, PLC 38/2017. Todo esse cenário foi construindo, a passos largos, certo levante nacional contra o *lulismo* e o PT, ainda que algumas ações tenham sido encabeçadas por Temer e o PMDB e que casos de corrupção, como o Mensalão no governo Lula e a Lava jato no governo Dilma, tenham sido apenas expressões das estratégias corruptivas utilizadas pela direita.

Desde as rebeliões de 2013 as expressões do ultraconservadorismo têm se intensificado. Obviamente, elas nunca deixaram de existir, mas desde esse período tais posicionamentos reacionários, preconceituosos e até criminosos têm sido defendidos em alto e bom som, sem a mínima preocupação jurídica ou sensibilidade social. Esses fatos disseminaram uma cultura do ódio em que militares e adoradores da ditadura civil militar de 64 a 85 foram se fortalecendo, ganhando espaço até que, em 2018, Jair Bolsonaro, de forma assustadora e esmagadora, ganha as eleições presidenciais.

Esse termo está sendo cunhado para destacar o ganho da cena política por grupos de extrema-direita. Entretanto, deve-se enfatizar que a vitória de Bolsonaro e, por trás dele, todo um aparato de extrema-direita ultraconservador são uma estratégia do que já se conhece

como neoliberalismo, que agora necessita realizar seus cortes na carne dos trabalhadores brasileiros, promovendo a agudização do que foi protagonizado por Temer.

A conjuntura exige alguns delineamentos, pois não se trata somente de um momento de ajustes econômicos na periferia do capital, mas de uma crise global de contrarrevolução burguesa neoliberal, logo, os ajustes de austeridade tendem a ser agravados como com o Projeto de Contrarreforma da Previdência, cuja defesa tem sido dizer que pretendem acabar com os privilégios<sup>7</sup>.

Teóricos como Iasi<sup>8</sup> e Antunes<sup>9</sup> têm avaliado esse cenário dizendo que o fascismo chega ao Brasil num momento em que gerações que viveram as lutas contra a ditadura civil militar pós-64, não poderiam imaginar, mas que ocorre justamente pela crença na democracia burguesa, que se reivindica como civilizada, mas que cada vez mais tem revelado sua verdadeira face violenta.

Nesse contexto é que se insere o profissional de Serviço Social, sendo que a análise de conjuntura é um suporte essencial para a atuação crítica orientada pelo projeto ético-político do Serviço Social. Os tempos estão difíceis e o horizonte em que alvorece a saída pela esquerda unificada parece distante, mas é lembrado que a categoria profissional desde a década de 80 vem buscando fortalecimento junto aos movimentos sociais, encampando lutas por justiça social. Nesse bojo a materialização do projeto ético-político é prioridade para a profissão.

---

7 Guedes: reforma é para reduzir desigualdades e eliminar privilégios. Por “Estadão”. Conteúdo em 20 fev. 2019 às 18h.29. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/guedes-reforma-e-para-reduzir-desigualdades-e-eliminar-privilegios/>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

8 IASI, M. O fascismo e os “homens bons”. Blog da Boitempo, 16 out. 2018. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/16/o-fascismo-e-os-homens-bons/>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

9 Para mais informações vide: “Antunes: ‘Fascismo e ditadura são ameaças reais no Brasil hoje’”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=T95NA-dk2RKU&t=216s>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

Barroco (2010) responde brilhantemente a essa questão quando, utilizando a conceituação da cotidianidade de Heller, conclui que, para uma atuação contra-hegemônica, é preciso grandes esforços a fim de se atingir determinados níveis de consciência que permitam tornar o indivíduo um ser completo, com uma existência completa mesmo na cotidianidade. Isso, quando pensado para a atuação profissional, remete diretamente à necessidade da formação profissional continuada pois, sem esta, fatalmente ocorrerá o distanciamento do profissional desses entendimentos e, em contrapartida, a aproximação do mesmo ao senso comum que está presente em todos os outros espaços com grande força.

O grande desafio encontrado hoje nos debates da profissão gira em torno da formação profissional, tanto na graduação, base importantíssima, quanto na pós-graduação, que será indispensável para a ampliação dos horizontes dos profissionais e para o esclarecimento de diversos questionamentos, culminando na necessidade de contribuição para com a implementação do PEP, bem como de outros desafios encontrados no fazer profissional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises tecidas aqui buscam afastar-se de um viés culpabilizador dos profissionais, quer-se apenas elucidar que existe de fato uma forte postura imobilista, que faz com que estes profissionais coloquem para si inúmeras barreiras para a formação permanente e a busca pelo fortalecimento enquanto sujeitos nas lutas coletivas. Ressalva-se aqui a precarização da categoria no mercado de trabalho, bem como aspectos do âmbito pessoal, mas é necessário o entendimento de que essas questões precisam ser pensadas e ultrapassadas via estratégias coletivas, não sendo possível cair no imobilismo e, com isso atuar numa inércia infinita e inconteste, sem se propor a nada, uma vez que o “nada” tem sido preenchido por essas investidas ultraconservadoras e deturpadoras da realidade, chegando até mesmo a intensificar a perseguição aos marxistas e ao próprio Serviço Social, por utilizar em seu embasamento teórico textos de Antônio Gramsci e Karl Marx.

Retomando a questão da liberdade, como profissionais que intervem na vida cotidiana e nas relações sociais dos indivíduos, bem como sujeitos históricos partícipes dessa realidade, pode-se contribuir para com a desmistificação da liberdade individual em contexto de individualismo e barbárie. As ações com intencionalidade transformadora podem parecer pequenas, mas possibilitam abrir espaços de questionamento para que os sujeitos possam, de fato, pensar sobre este tema e trabalhar em seus níveis de consciência, pois a partir do rompimento com a alienação que estimula essa visão, várias outras questões serão suscitadas e também desveladas.

Essa contribuição não pretende dar respostas e receitas, porque as respostas virão do coletivo e não individualmente, sendo assim o desafio está na construção de unidade em prol da resistência. Vale ressaltar que não se está aqui colocando para a profissão uma tarefa de revolução, mas sim o compromisso e o desafio de contribuir com a construção do conteúdo revolucionário no cotidiano profissional.

Para além disso, enquanto categoria profissional, é preciso se inclinar menos a pesquisas e atuações que contribuam apenas com o reformismo. Ou seja, tem que se dar atenção às questões concernentes à emancipação política, desde que estrategicamente se esteja vislumbrando atingir a emancipação humana. Evidente está que esta última não é uma tarefa para uma profissão, mas deve ser vista como algo possível (NETTO, 2010). Portanto, deve ser feito um empenho para proposições reformistas, lutas mais imediatas, tendo sempre, como pano de fundo, o entendimento de que essas proposições devem estar direcionadas como estratégias e que a reforma nunca bastará. Estes são os preceitos do projeto ético-político e é dessa forma que os assistentes sociais podem contribuir.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 10ª reimpressão, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, p. 09-23.
- ANTUNES, R. L.C. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação*

- e a negação do tabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BARROCO, M.L.S. *Ética: fundamentos socio-históricos*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- \_\_\_\_\_. Barbárie e Neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- BRECHT, E. B. F. *De que serve a bondade*. Disponível em: <[http://www.culturabrasil.org/brechtantologia.htm#De Que Serve A Bondade](http://www.culturabrasil.org/brechtantologia.htm#De%20Que%20Serve%20A%20Bondade)> Acesso em: 30 dez. 2018.
- \_\_\_\_\_. *Privatizado*. Disponível em: <[http://www.culturabrasil.org/brecht\\_antologia\\_poetica.htm#priva](http://www.culturabrasil.org/brecht_antologia_poetica.htm#priva)> Acesso em: 30 dez. 2018.
- CAMPOS, A. A verdadeira Liberdade. In: CAMPOS, A. *Livros de versos Fernando Pessoa*. Lisboa: Estampa, 1993. Disponível em: <<http://arquivopessoa.net/textos/3349>>. Acesso em: 15 mai. 2015.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Código de Ética do/a Assistente Social, Lei 8662/1993. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 25 mai. 2015.
- COUTINHO, C.N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GUERRA, Y. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- \_\_\_\_\_. A Dimensão Técnico-operativa do Exercício Profissional. In: SANTOS, C.M. dos. BACKX, S. GUERRA, Y. *A Dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012, p.39-68.
- HAYEK, F.A. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

- LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. [recurso eletrônico] 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. 1973. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>> Acesso em: nov. 2018.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MORA, J. F. Dicionário de filosofia. Tradução de António José Massano e Manuel Palmeirim. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.
- NETTO, J.P. Prefácio. In: MOTA, A.E. (Org.) *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\*\*\*

**Alana Andreia Pereira**

Assistente Social do Dep. de Educação Infantil da Prefeitura de Jaguariúna/SP e Mestre em Serviço Social pela PUC/SP  
*alana.aap@gmail.com*

Esta publicação foi impressa em 2019 pela gráfica Imos  
em papel offset 75g/m<sup>2</sup>, fonte ITC Franklin Gothic,  
tiragem de 330 exemplares.